

EDITORIAL

Reforma da reforma

Agora é o governo que quer mudar o texto da reforma tributária, na iminência de ser votado na Câmara. A intenção é cobrar IR maior dos bancos e, eventualmente, de outros setores da economia com lucro elevado

A reforma da reforma que não existe. Por enquanto, está na Câmara para ser votada e, no caso de aprovação, ainda terá de ir ao Senado – onde, aliás, o presidente, Garibaldi Alves, já acena de que não dá tempo de votar neste ano.

É esse o quadro do projeto de alteração do arcabouço tributário no país. Está mais para Babel do que para Mabel – referência ao deputado encarregado de relatar a matéria.

Na semana passada, uma comissão especial aprovou o relatório (após algumas modificações) elaborado por Sandro Mabel (PR-GO), mas ficou nisso. Empacou. A votação em plenário ainda não aconteceu, apesar dos esforços nesse sentido feitos por parlamentares governistas. Preponderou, pelo menos até ontem à noite, a resistência dos Estados

(preocupados com perda de receita), de partidos da oposição e até de aliados ao governo – mas, antes, afinados com suas bancadas.

Nesse clima, agora é o próprio governo que quer mudar o substitutivo de Sandro Mabel. Em reunião com líderes de partidos da base de apoio, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, solicitou que seja reincluído no texto da reforma um dispositivo suprimido pelo relator e que permite a cobrança de alíquotas diferenciadas do Imposto de Renda, conforme a atividade.

Aonde o governo quer chegar? Ora, deseja ter em mãos a possibilidade de cobrar IR maior dos bancos e, eventualmente, de outros setores da economia com lucros acima da média do conjunto das atividades.

São propostas polêmicas e certamente difíceis de serem aprovadas,

A proposta do Palácio do Planalto para mudar o texto da reforma implica novo aumento da carga tributária

por dois motivos: primeiro, porque implicam aumento da carga tributária, contrariando compromisso do próprio governo; em segundo lugar, porque cobrar imposto maior de quem lucra mais soa como punição à competência.

A reforma prevê a fusão do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e da CSLL (Contribuição sobre o Lucro Líquido), cobranças que incidem sobre os ganhos das empresas. No entanto, a contribuição tem alíquota diferenciada – hoje é de 15% para as instituições

financeiras e de 9% para a maior parte das grandes empresas. Rende aproximadamente R\$ 3 bilhões anuais aos cofres da Fazenda. É para não perder parte desse bolo que o Planalto tenta reincluir no texto da reforma o dispositivo suprimido por Mabel.

Ao mesmo tempo, surge a idéia de restabelecer alíquotas diferenciadas com a criação de uma nova Cide (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico), a exemplo da existente sobre os combustíveis. Mas essa concepção também projeta a perspectiva de ampliação da carga tributária, o que causa resistência e divergência na própria base governista em torno da reforma.

E já se manifestam as primeiras reações empresariais às mudanças no relatório de Mabel aventadas pelo Palácio do Planalto. Reunidos ontem

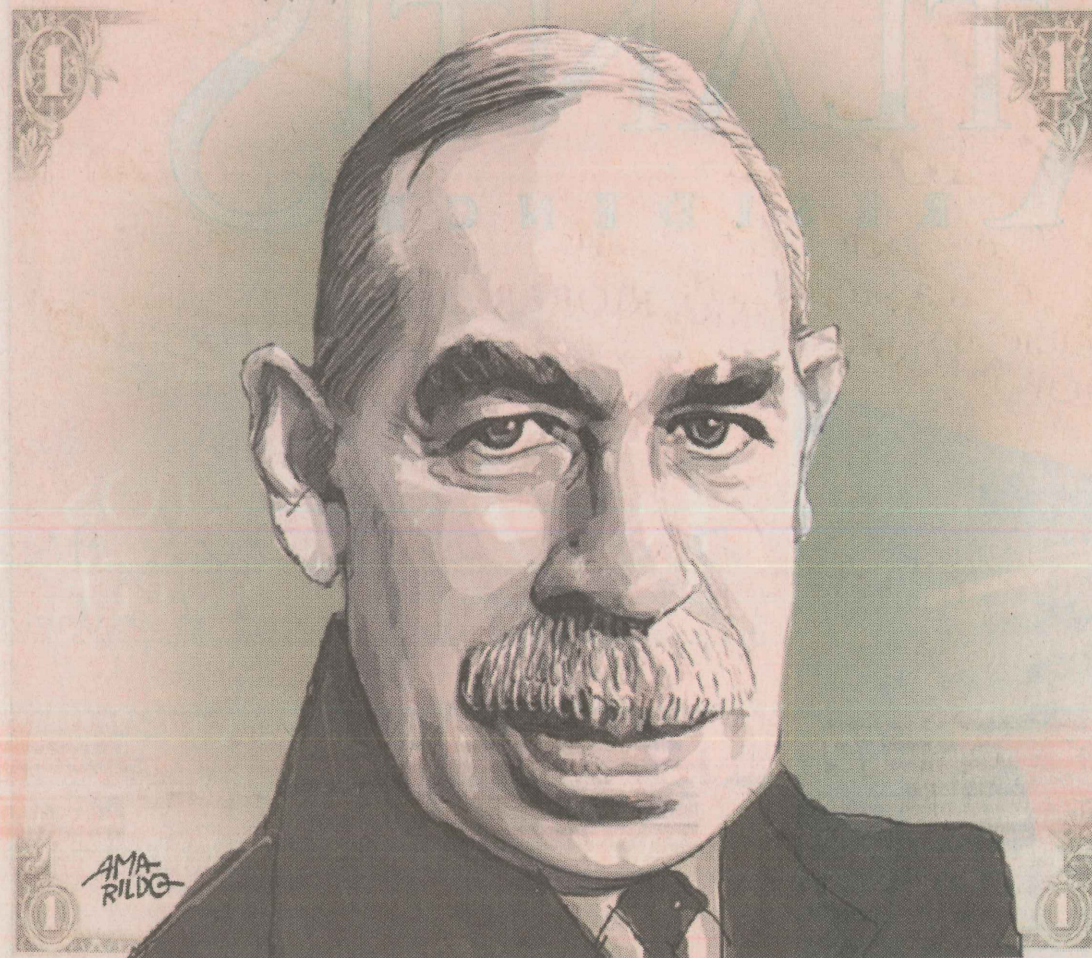
na Fiesp, representantes de 35 segmentos da indústria, do comércio e dos setores de serviços repudiaram a possibilidade de novo aumento do montante de impostos.

Um dos pontos destacados na reunião é a possibilidade de ser elevada a taxa do setor de mineração. Atualmente, é paga uma contribuição de 2% sobre a receita líquida, no entanto o projeto de reforma pode elevar esse índice para 3% da receita bruta – o que significa quase duplicar o imposto.

A grande frustração da sociedade como um todo – e não apenas da classe empresarial – em relação à reforma que tramita na Câmara é a inexistência de dispositivos que ensejem a redução da carga de impostos. Espera-se que isso sensibilize os congressistas na hora de votar o projeto.

VERISSIMO

A113578



Ponto de vista

A reforma tributária

O projeto da reforma tributária recebe remendos, agora, com a proposta do deputado Sandro Mabel. Ela prejudica Estados como o Espírito Santo?

Lelo Coimbra

Reforma inoportuna

Desde o início dos debates sobre a proposta de reforma tributária, enviada em maio pelo Executivo à Câmara, um conjunto de problemas já ficava evidenciado. A inversão da tributação, da origem do produto para o destino, impõe um prejuízo anual ao Espírito Santo de R\$ 1,5 bilhão. Situação insustentável para o Estado, que tem feito um grande esforço para ocupar seu lugar de destaque na federação, especialmente nesses últimos seis anos e meio, fruto do trabalho de todos nós.

Ao mesmo tempo a proposta sinaliza con-

Irihy Lopes

Concentração econômica

A reforma tributária está sendo discutida há pelo menos dez anos no Congresso Nacional. Há dois anos, a Câmara dos Deputados, provocada por uma proposta do Executivo, abriu novamente a questão. Na última semana, foi votado e aprovado o substitutivo na Comissão Especial. Durante meses, o tema foi debatido pelo Legislativo, governos federal, estaduais e com a sociedade, quando alguns ajustes foram estabelecidos. Um ponto da proposta do deputado Sandro Mabel desagradou a todos nós e unidos, bancada do Espírito Santo, governador e prefeitos,

Bota o retrato do velho

No seu discurso no encerramento da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas realizada em Bretton Woods para combinar como seriam as relações comerciais depois da Segunda Guerra Mundial que chegava ao fim, lorde John Maynard Keynes, um dos inspiradores, e principais participantes à frente do time inglês, do encontro disse que se a cooperação que as nações tinham demonstrado durante a conferência continuasse, “o pesadelo em que a maioria de nós passou tempo demais das suas vidas terá acabado”, e “a irmandade dos homens terá se transformado em mais do que apenas uma frase”. A competição monetária e os conflitos e barreiras que tinham levado a duas guerras mundiais deixariam de existir.

O otimismo declarado por lorde Keynes só se explica pelo seu cavalheirismo ou gosto pela retórica. Ele tinha sido derrotado na reunião. Em Bretton Woods as boas intenções esconderam a questão real do encontro: a que Roosevelt já tinha proposto a Churchill quando condicionou a entrada dos Estados Unidos na guerra ao

O que venceu em Bretton Woods não foi o espírito público de Keynes, mas o espírito prático dos americanos

fim dos mercados cativos coloniais e do império econômico britânico, e a necessidade de garantir mercados livres para a produção americana que se multiplicaria com a mobilização para a guerra. Enquanto Keynes acreditava que o Banco Mundial – insistência sua – realmente favoreceria a irmandade entre os homens, o secretário do Tesouro americano Henry Morgenthau, mais interessado no Fundo Monetário Internacional, empenhava-se na mudança do centro financeiro do mundo de Londres para Washington e Wall Street. O que venceu em Bretton Woods não foi o espírito público de Keynes, mas o espírito prático dos americanos. Morgenthau estava lá para sacramentar a transferência do poder econômico da Inglaterra para os Estados Unidos, a única nação que sairia da guerra em condições de

impor sua vontade. E impôs. O discurso de Keynes prevendo que a cooperação entre as nações traria uma era de inédita prosperidade universal foi muito aplaudido, mas o resultado prático de Bretton Woods foi que os americanos ganharam acesso aos mercados antes dominados pelo desdentado império britânico, e a prosperidade universal que veio se concentrou principalmente nos Estados Unidos.

Keynes morreu pouco depois de Bretton Woods. Hoje ninguém se lembra que ele foi um dos fundadores do que está aí, embora pensasse em outra coisa. A derrota da sua visão do que poderia ter sido, pela imposição americana, tem uma ponta de ingratidão: afinal, foi ele o teórico do dirigismo econômico de Roosevelt que salvou o capitalismo americano de si mesmo na crise dos anos 30. Não deveria haver retratos dele na sala de nenhum dos monetaristas do Banco Mundial ou do FMI ou de outros economistas da mesma linha. Talvez estejam sendo colocados agora.

■ ■ Luis Fernando Verissimo escreve às quintas-feiras e aos domingos

Ao mesmo tempo a proposta sinaliza concentração das decisões da gestão do ICMS dos Estados nas mãos do governo federal, retirando deles o poder sobre aquele que é seu mais importante imposto. A ausência de clareza quanto a proposições que fortaleçam o desenvolvimento regional é a marca da proposta que retira as oportunidades construídas pelos Estados, sob o manto do combate à “guerra fiscal”. Acrescente-se o fato de que eventuais compensações para as perdas são insuficientes, sem se esclarecer as fontes de recursos financeiros, situação que já vivenciamos com a “lei Kandir”, que repassou apenas 20% do que nos é devido, desde sua implantação. O gás natural, que é importante riqueza na atividade no Espírito Santo, do qual só usaremos 20% e distribuiremos o restante, que corresponde a quase uma Bolívia, deixará de nos dar os ganhos pelos quais tanto esperamos. Ou seja, temos a certeza do que perdemos sem a garantia do que ganharemos.

Esse debate, que já havia se iniciado com esse conjunto de preocupações que desorganiza o sistema tributário atual e não torna claro o que resultará ao final desse processo, ganha um novo tempero. A crise econômica mundial torna instável quaisquer previsões acerca do desempenho da economia, e a pergunta sem resposta é: com que arrecadação contaremos no próximo ano? O presidente Lula afirmou que o melhor momento para uma reforma tributária é com uma economia com bom desempenho. Portanto, o tema é inoportuno e fora de possibilidade de sucesso.

Além dessas restrições, o relatório do deputado Sandro Mabel ainda nos trouxe um grande ônus com a “morte súbita” do sistema Fundap. Essa atividade tem possibilitado uma importante fonte de arrecadação, desenvolvimento com geração de emprego e renda. Em 2008, o sistema está sendo responsável por 30% do volume total de receitas previstas em nossa economia. Esse fato nos impôs um grande esforço para suprimi-lo até o final da votação na Comissão Especial de Reforma Tributária.

Embora tenhamos sido bem sucedidos, pois eliminamos um importante problema, entendemos que cada batalha tem valor numa guerra. Entretanto, não perdemos, em momento algum, o entendimento de que a proposta é inoportuna, concentradora de poder nas mãos da União, beneficia o desenvolvimento dos grandes centros urbanos e aumenta os impostos a serem pagos pelo contribuinte. Agora o projeto será encaminhado ao plenário da Câmara para votação. Trará de maneira ampliada todas as dúvidas que o tem acompanhado e seu futuro se torna incerto. Desejamos que seja para o bem do país.

■ ■ Lelo Coimbra é deputado federal pelo PMDB/ES e-mail: dep.lelocoimbra@camara.gov.br

cada do Espírito Santo, governador e prefeitos, conseguimos recolocar no substitutivo um período de transição para o término dos incentivos portuários, o que significa na prática a garantia, por um determinado tempo, do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap).

O sistema tributário deve ter como objetivos o crescimento econômico, a criação de empregos, a redução da dependência de capitais externos, a eliminação da pobreza, a justiça social e o desenvolvimento sustentado.

Há anos setores produtivos reivindicam a diminuição da carga tributária e também o cessar fogo dessa guerra fiscal. A reforma pretende desonerar a produção, diminuir a tributação sobre investimentos e sobre a folha de pagamento e simplificar o sistema tributário. Alterar o fluxo econômico, abrindo uma possibilidade de desenvolvimento para as regiões mais castigadas do país, sem prejuízos significativos aos demais Estados, é o conceito que permeia o projeto da reforma. Significa admitir que existem perdas, mas que podem ser minimizadas através de debate e apresentação de emendas no plenário, quando da votação do substitutivo.

A reforma tributária e a crise econômica e financeira mundial se transformam em oportunidade para o ES rever sua fórmula de desenvolvimento, atualmente com uma economia concentrada nos grandes projetos e altamente dependente do comércio de commodities ao exterior. É um modelo que concentra riquezas, não distribui renda, já que a oferta de empregos é pequena, se comparada aos micro e pequenos empreendimentos, sejam eles rurais ou urbanos. As plantas industriais transnacionais destroem o meio ambiente e causam o desordenamento urbano; atraem milhares de trabalhadores por um período não superior a três anos. Ao término das obras sobram desemprego, a falência dos serviços básicos e o aumento da violência.

Esse é o modelo econômico que não gera desenvolvimento, mas acumulação de riqueza e aprofundamento das desigualdades sociais. A reforma tributária quer em parte dar conta dessa pauta, invertendo alguns fluxos econômicos, de forma a garantir o mínimo aos Estados historicamente esquecidos por governos. Ela não é a ideal, mas pode significar o início de um processo de reconhecimento de brasileiros do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, do Norte e Sul do ES, de verem seus representantes forçados a pensar uma nova matriz econômica, mais diversificada e aproveitando suas vocações naturais. É grande o desafio, mas ele vale a pena e dignifica o representante público que tem a ousadia de enfrentá-lo.

■ ■ Iriny Lopes é vice-presidente nacional do PT e vice-líder da bancada do partido na Câmara, titular na Com. de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara

Navegador

A edição de hoje

62	PÁGS.
PRIMEIRA PARTE	
OPINIÃO	2 E 6
DIA-A-DIA	3 A 13
ÚLTIMAS NOTÍCIAS	14
SEGUNDA PARTE	
ECONOMIA	15 A 18
POLÍTICA	19 A 22
BRASIL	23
MUNDO	24
ESPORTE	25 A 28
SUPLEMENTOS	
CADERNO2.AG	8
IMÓVEIS.AG	18
CLASSIFICADOS.AG	8

PRIMEIRA PARTE

DIA-A-DIA. Maníaco em São Mateus

SEGUNDA PARTE

ECONOMIA. Bolsa sobe 4,76%

POLÍTICA. Penina deixa o IPAJM

BRASIL. Penas duras para pedófilos

MUNDO. A equipe de Obama

ESPORTES. Rio Branco procura técnico

IMÓVEIS.AG

Shopping na Serra: 244 lojas e 84 salas

CADERNO2.AG

Sai DVD de Marisa Monte

COLONISTAS

VICTOR HUGO ● LÚCIA GARCIA PÁG. 12

FÉ ● LUCIANA RAYMUNDO PÁG. 13

CONCURSO ● DINÁ SANCHOTENE PÁG. 16

PRAÇA 8 ● ANDRÉIA LOPES PÁG. 20

● MERVAL PEREIRA PÁG. 22

● ANCELMO GOIS PÁG. 23

O TEMPO HOJE

30 14

MÁXIMA MÍNIMA
Chuvoso durante o dia e à noite em todo o Espírito Santo.